

A primavera das mulheres árabes: A representatividade feminina nos levantes

Egípcios

Fernanda A. Pegoraro Fernandes Pereira*
Rosana Abrahim de Moura**

Resumo

O objetivo deste artigo é compreender como se deu a participação feminina na onda revolucionária da sequência de protestos que ficou conhecida no ocidente como Primavera Árabe. Tal movimentação teve início em dezembro de 2010 na Tunísia tendo como estopim o ato de auto-imolação de um jovem em protesto contra os desmandos do governo, a alta carga de impostos e grande corrupção no país, realidades também de outras sociedades árabes sob regimes autoritários, o que encorajou o alastramento do movimento para vários outros países do Médio Oriente. Neste contexto, focou-se no Egito, país de população predominantemente islâmica e de padrões políticos e sociais de evidência paternalista, onde a luta das mulheres remonta aos primeiros movimentos pela independência do país. Nosso esforço de compreensão gravita mais especificamente em torno das questões relacionadas a falta de observação dos direitos das mulheres na localização mencionada e como a participação feminina se estabeleceu no bojo das reivindicações. Sabendo que a atuação das mulheres, em geral, é soterrada historicamente, esse fato funcionou como força motriz para a investigação. Dessa maneira, há aqui a tentativa de destacar o lugar da mulher como agente de transformação social e política nesse contexto revolucionário e dar espaço para as conquistas advindas dessa luta. Com as lentes do feminismo pós-colonial, o artigo se estrutura de maneira a tentar compreender o papel da mulher nas sociedades envolvidas nos protestos, com especial enfoque na sociedade egípcia, bem como evidenciar as formas pelas quais buscaram representatividade no âmbito das manifestações que marcaram a primavera árabe. Dentro do quadro teórico mencionado também tentou-se inserir a discussão do feminismo pós-colonial para a diversidade de pensamento que surge com o pós colonialismo e como tal enquadramento contribui para a compreensão da alteridade de dinâmicas não ocidentais.

Palavras-chave: primavera árabe; feminismo pós-colonial; direitos das mulheres; gênero; movimentos sociais.

INTRODUÇÃO

É evidente que a herança, no tocante às regras de governo, deixada pelos diversos países colonizadores no norte da África, chocou-se com as que surgiram após a descolonização e conseqüente saída destes dos quadros administrativos das colônias de outrora. Isso gerou uma série de conflitos e instabilidade na região. Esse choque promoveu insatisfações e protestos e culminaram na chamada Primavera Árabe.

A região que aqui será tratada, com especial enfoque no Egito, é designada por MENA. Tal região compreende países do Norte da África e Oriente Médio. São exemplos: Tunísia, Marrocos, Barém, Iêmen, Líbia, Egito, Síria.

Sabe-se que a denominação “Primavera Árabe” é por si só, orientada numa lógica eurocêntrica, visto que remonta ao momento revolucionário europeu da Primavera dos Povos (1848). No referido momento histórico também ocorreram protestos contra governos autocráticos da época. No entanto se deve salientar que há grandes diferenças nos dois processos. É sempre importante reconhecer as rupturas e as permanências de cada momento histórico. Ainda que este trabalho não tenha a intenção de usar uma metodologia comparativa, se faz necessário perceber que as culturas não ocidentais podem erigir os seus próprios referenciais históricos. É nossa intenção neste artigo tentar dar lugar de destaque a agentes que não costumam ser considerados, sobretudo, às mulheres.

As manifestações, iniciadas entre o fim de 2010 e início de 2011 no Norte da África, emergiram de maneira espontânea, sem lideranças partidárias e com grande participação da população jovem. O centro impulsionador da movimentação se deu na auto imolação de um jovem tunisiano, mas a convocação e a organização do povo para ir às ruas se deu nas redes sociais. E já lá, no ciberespaço, teve lugar o clamor popular por dignidade e democracia (Sadiqi, 2016: 2).

Também por conta do meio virtual e interligado, os protestos foram disseminados por vários países rapidamente e conclamaram cada vez mais participantes e apoiadores, resultando em presidentes e governantes depostos, muitas revoltas populares e grandes conflitos. É interessante observar que com a grande repressão e brutalidade com a qual muitos governos responderam aos protestos populares, o espaço virtual foi também uma saída encontrada para a manutenção e proliferação dos mesmos.

Sabe-se que a participação feminina foi muito importante, presente e atuante na condução de tais eventos, bem como historicamente também o foi em diversos episódios, mas em geral, suas marcas são apagadas (Cooke, 2016:31). Sendo assim, a pergunta de

partida desse trabalho é expressão da vontade investigativa para esclarecer os motivos do silenciamento das vozes femininas. De maneira mais clara: como se deu o papel das mulheres em tais protestos e sua representação?

Com enquadramento teórico orientado ao feminismo pós-colonial, tentamos analisar o objeto por um prisma mais plural que se orienta para além da concepção tradicional feminista e sua imagem construída do contexto em que vivem as mulheres no Oriente. Imagem essa, muitas vezes, associada ao atraso, ou mesmo a inferioridade. O feminismo pós-colonial tem assim, em atenção que as mulheres não constituem grupos homogêneos e unidos sob exploração, mas sim que estão inseridas em variados contextos de realidades sociais, econômicas, políticas, geográficas diversas (Jackson, 2015: 39-40).

Na tentativa de melhor perceber nosso objeto de estudo, e tendo em conta as particularidades de cada processo histórico, partimos do pressuposto que o campo é complexo e que o quadro teórico se mostra de difícil definição, refletindo a dificuldade de se debruçar sobre um grande espectro de diversidade e diferenças, sendo ainda alvo de discussões entre estudiosos.

Posto isso, o trabalho está organizado como se segue: primeiramente nosso esforço se concentra em contextualizar e apresentar o panorama dos levantes. Em seguida, destaca-se a atuação das mulheres nas reivindicações e seus desdobramentos. Numa terceira etapa discute-se a não evidenciação dessa atuação. E por fim, propõe-se uma conclusão para a questão proposta.

PANORAMA DOS LEVANTES E O CASO EGÍPCIO

Seguindo o argumento proposto por Fatima Sadiqi (2016), a sequência de sublevações que aconteceram na região Norte da África, se espalhando para o Oriente Médio, tem suas raízes no processo de descolonização da referida região. Os desdobramentos de tal fenômeno fizeram surgir novos atores, mas também, como bem salientado pela autora, novas ambigüidades. Esses embates evidenciaram um confronto entre o secularismo e a esfera religiosa. O alcance de cada um foi questionado, mesclando-se a isso a discussão em relação aos direitos das mulheres e a inegável participação delas como agentes políticos. Formou-se o campo de disputa de então.

Dentro de um mundo cada vez mais globalizado e conectado pela tecnologia e mídias sociais e, as sociedades tiveram seus potenciais de troca muito elevados. Dessa maneira, a disseminação de ideias alcançou e atravessou distâncias, percorrendo trajetos que antes não

seriam possíveis. E com grande velocidade, inclusive. Por isso, é muito importante reconhecer que o ciberespaço foi decisivo para a tecitura e manutenção das manifestações (Jackson, 2015: 42).

É importante frisar que a região MENA, embora seja de maioria muçulmana possui países com culturas e histórias diferentes. Portanto não se pode “padronizar” a análise no sentido de um denominador comum entre as diferentes características, ainda que existam muitas semelhanças.

Por outro lado, é justamente pelas semelhanças que o movimento se torna transnacional e transborda as fronteiras. É verificada sua disseminação em muitos países. As semelhanças se tornam afinidades, já que as questões estão presentes ao redor do mundo, as vezes de formas diferentes (e daí sua pluralidade), mas se ligam umas às outras e se espalham. Em outras palavras, a figura feminina é menosprezada, subjugada e desrespeitada em grande parte das culturas pelo mundo.

Mas o ponto central da grande discussão por direitos das mulheres nos países da região do MENA, nesse contexto dialoga com o antagonismo entre os paradigmas do secularismo e do Islamismo, mas também com a vontade popular de modernizar, ter garantias sociais e voz política. Além disso, as mulheres começam a figurar como novos atores no cenário político. Com cada vez mais contato e trocas nas mídias sociais, as mulheres repensam valores e no bojo das discussões sobre direitos humanos são inseridas as suas demandas.

O protesto que se inicia na Tunísia com o jovem Bouazizi é acrescido do clamor popular repleto de insatisfações comuns aos cidadãos de vários países africanos e muçulmanos, como Líbia, Egito, Barém, Iêmen, Síria, Marrocos, Arábia Saudita. E nesse fluxo também se expressa o grito feminino por reconhecimento, voz, valor, espaço e dignidade. É também um levante por modernização e democratização. O que é inegável é a necessidade de transformação. Guardadas as devidas particularidades de cada país, os protestos possuem um ponto em comum: clamam por direitos sociais e dignidade.

Os protestos na Tunísia e no Egito foram capazes de depor regimes autoritários e estabelecer procedimentos de eleição democráticos, baseados em cartas constitucionais. No Marrocos, emendas constitucionais foram aprovadas pelo monarca para limitar seus poderes e reconhecer direitos a população berber marginalizada. Em países como Barém, Iêmen, Líbia e Síria, os protestos se desenrolaram de maneira bastante violenta, com grande repressão policial (Moghadam, 2014: 137) e desdobramentos que se percebem até hoje.

Contudo, no Egito em 2013, houve grande protesto entre os opositores e apoiadores das políticas de Mohamed Morsi. Seu governo foi considerado ilegítimo e pouco representativo, já que baseou a constituição em preceitos religiosos, que não observavam os direitos das mulheres, bem como não cumpria com sua campanha eleitoral que prometia restaurar serviços públicos, criar empregos e representar todos os egípcios (Moghadam, 2014: 138)

Como indicador da representação política feminina no Egito, a autora Valentine Moghadam traz dados. Em 2013, ao passo que na Tunísia e no Marrocos a presença feminina se expressava em 27% e 17%; no parlamento egípcio essa porcentagem é de 2% (Moghadam, 2014: 138). Sabe-se que não se pode fazer uma análise do empoderamento feminino somente pelos dados mencionados, mas Moghadam também salienta que as questões relativas aos direitos das minorias, bem como a grande interferência das forças militares nos processos políticos são decisivos para o enfraquecimento da democratização no país.

A autora Melissa Jackson esclarece em seu texto que no período de transição pós Mubarak no Egito, houve potencial para avançar quanto aos direitos femininos. Entretanto, esse panorama já esvanece depois do fim dos protestos de fevereiro. E já no início do mês de março grupos de mulheres manifestaram seu comprometimento com a causa, protestando na Praça Tahrir (Jackson, 2015: 42). Mas essas mesmas mulheres sofrem tremendas agressões e violências de gênero como respostas aos protestos, passando por “testes de virgindade” levados a cabo por policiais.

Such gendered forms of violence is indicative of a patriarchal atmosphere in which there is little regard to provide women with basic forms of personal safety, but in a transitioning socio-political context such as Egypt, violence against women is utilized as a tool to intimidate and disrupt a growing, dissenting momentum that seeks to destabilize the underlying power structures in place. Women’s marginalization became further apparent when they were largely excluded from the committee on constitutional reform and scarcely mentioned in the subsequent constitutional revisions that were put in place by said committee (Jackson, 2015: 42)

Como bem esclarecido pela autora, tais repressões são utilizadas na tentativa de desestabilizar, intimidar e motivar desistências nas manifestações. Mas a reação acabou se dirigir no sentido oposto. Os protestos que se seguiram foram cada vez mais fortes. Em dezembro de 2011, mulheres católicas ortodoxas, muçulmanas, secularistas, da classe trabalhadora e da classe média se uniram em reivindicação pelo fim das agressões contra mulheres e por dignidade, em resposta, sobretudo aos ataques e violências sexuais perpetradas em manifestações anteriores (Jackson, 2015: 43). A marcha ganhou apoio de

muitos homens e suscitou discussões sobre o tema da violência contra a mulher, um tabu até então na sociedade egípcia.

O que se percebe, por outro lado, é que o momento de grande eclosão dos protestos tem a ver também com o momento político de transição entre governos no Egito. O ambiente político propício para mudanças e o clima de instabilidade foi o pano de fundo das convulsões sociais descritas. Somado a repressão, agressões sexuais e brutalidades, os protestos só aumentaram, figurando como combustíveis para as manifestações.

É importante perceber que são desafios políticos, mas também de natureza social, pois estão enraizadas na mentalidade, na educação e no comportamento da população. Por outro lado, se pode perceber que houve uma ruptura, já que as manifestações receberam apoio de diversos setores da sociedade, incluindo homens.

O auge simbólico da força política desses movimentos se deu na Declaração Constitucional de 18 de Março de 2011 que se mostrava mais inclusiva e reconhecia a igualdade de gênero. Contudo, diante da má gestão na transição de governos pós presidente Mubarak, tal declaração tornou-se apenas um legado.

The composition of the committee that wrote the declaration was heavily criticized for its dominance by Islamists and their supporters and the exclusion of women. This document nipped women's hopes in the bud by removing Article 11 altogether. The prohibition of gender-based discrimination was also removed from the article on non-discrimination. The classic closing phrase that prohibits discrimination on "any other ground" also disappeared from the same article. Together, these two changes completely closed the door on any hope for gender equality.

(...)The constitutional declaration of 2011 is often overlooked, although it made it easier for the Islamists to eventually take charge of the country and do away with women's rights. However, Islam is not an inherently discriminatory religion; rather, interpretations of Islam can be culturally biased. (Khattab, 2016: 134)

Como o exposto pela autora supracitada, se pode observar que o governo de cariz islâmico a seguir a Mubarak faz desaparecer direitos conquistados pelas mulheres anteriormente. Entretanto como bem elucida Khattab, não necessariamente, governos de orientação islâmica são discriminatórios. Em realidade, isso depende da interpretação, baseada ou não em preconceitos e exclusão social. Não se pode esquecer, contudo, que tais medidas são tomadas sem convulsões sociais.

Entre avanços e retrocessos políticos e legais, sabe-se que o caminho de luta é muito longo. Entretanto é notório que rupturas foram sentidas e que a sociedade se transformou, ainda que minimamente. Mas para autora é importante frisar que as conquistas políticas precisam ser revertidas em leis e serem afastadas de tamanha fragilidade e instabilidade

política, pois as conquistas tornam-se flutuantes. Já que avanços e transformações políticas de fato não se fazem somente de simpatizantes, empatia e solidariedade (Khattab, 2016: 141).

A REPRESENTATIVIDADE FEMININA NOS PROTESTOS

São inúmeros os motivos que incitaram os protestos que levaram milhares de pessoas para as ruas e praças nos países marcados pelos movimentos da primavera árabe, entre eles a corrupção, os altos índices de desemprego não apenas entre as classes menos instruídas, mas também entre os mais preparados, altas dos preços, políticas neoliberais de privatização e penúria econômica. Estes fatores, associados com a frustração com os governos autoritários, afetaram a sociedade como um todo, principalmente as mulheres de todas as classes sociais, independente de geração ou situação socioeconômica. Apesar da mulher ter adquirido alguns direitos em alguns países árabes, como na Tunísia, no Egito e na Líbia, onde políticas modernistas e de desenvolvimento socioeconômico abriram pequenas portas para uma pouco significativa participação de mulheres na política por meio do direito ao voto e a candidatar-se para ocupação de uma cadeira na elaboração de leis, a representatividade feminina ainda era insuficiente para que fossem capazes de participar das tomadas de decisão.

O ativismo feminino durante a primavera árabe, em muitas formas, contrastou com a persistente percepção ocidental da mulher muçumana oprimida, vítima, e com pouca representatividade (Joseph, 2012:10 *apud* Nogués, 2013). Na Tunísia, país onde se iniciaram os protestos, a presença em massa das mulheres já era perceptível, pois a história de lutas das mulheres naquele país remonta aos movimentos de independência, onde elas estiveram na vanguarda dos protestos por mudança social, portanto, o espírito de luta de outrora levou as mulheres tunisianas não apenas a protestar por mais representatividade na política, mas também a proteger os direitos já adquiridos no período pós- independência. No Egito, um dos países considerados mais perigosos para as mulheres, as incitações para a participação das mulheres tiveram início no ciberespaço, quando a blogueira Asmaa Mahfouz postou um vídeo convocando os egípcios a comparecerem na Praça Tahrir para protestar com os desmandos do regime opressor de Mubarak. Em seu vídeo, que se tornou viral naquela altura, Mahfouz convidada para uma luta por dignidade humana, oportunidades de empregos, segurança para as mulheres, e descasos do governo para com o povo egípcio. No Egito, assim como na Tunísia, as mulheres adquiriram alguns direitos após a independência

do país em 1919, dentre eles, o direito ao voto e o acesso a educação, o que as possibilitou uma considerável participação da mulher no mercado de trabalho egípcio. O receio de perder direitos já adquiridos e as reivindicações consideradas justas para as mulheres, as levaram às ruas em grandes números, o que pôde ser visto e registrado pela mídia de todo o mundo. Na Líbia, as mulheres já nutriam um sentimento de revolta pela ocorrência do massacre de seus filhos e maridos prisioneiros de Abu Salim, sob o regime do ditador Muammar Kaddafi, também sofrem de opressão não apenas social, mas também religioso, principalmente nas cidades redutos do fundamentalismo mulçumano. Neste contexto, a primavera árabe foi uma oportunidade para as mulheres levantarem suas vozes e protestar contra o desmandos e reivindicar direitos mais igualitários.

Nos países citados acima, tanto os movimentos no geral, quando a participação das mulheres foram mais intensos, por se tratar de lugares onde as mulheres são melhor instruídas, bem como lugares onde já existiam grupos de ativistas feministas, os quais ajudaram organizar e encorajar outras mulheres a participar dos protestos. Numa abrangência geral, o papel das mulheres nas revoluções da primavera árabe foi mostrado como um fenômeno não caracterizado por classes, idade ou nível de educação, não se limitando ao âmbito físico, mas também no ciberespaço por meio das mídias sociais. Para Sadiqi (2016), os movimentos da primavera árabe não tinham como objetivo as reivindicações das mulheres, entretanto, graças ao histórico de suas lutas em revoluções ao lado dos homens, direitos como educação, cuidados de saúde e reconhecimento político estavam no topo da agenda do movimento. Cooke (2016) em sua análise da trajetória das mulheres ao longo das manifestações, a descreveu como um fenômeno marcado por euforia, reações e persistência transformando-o em uma revolução transnacional.

AS MULHERES E AS MANIFESTAÇÕES NO EGITO

Antes de iniciarmos a análise proposta neste estudo, que tem foco no papel e representatividade das mulheres egípcias no contexto da primavera árabe, faz-se necessário fazermos uma intersecção entre o feminismo no mundo árabe, nomeadamente no Egito, o Islamismo como religião predominante fundamentada em doutrinas conservadoras e patriarcais, e a revolução num contexto geral.

O Egito é um país de predominância religiosa islâmica, com base patriarcal, onde, apesar dos direitos adquiridos pelas mulheres nos período pós-independência, ainda há muito a ser mudado. Atos de hostilidade, discriminação e violência sexual e doméstica ainda

são recorrentes no Egito, o qual é considerado um dos países mais perigosos para as mulheres. O ativismo das mulheres egípcias surge já nas lutas pela independência da colonização britânica em 1919, quando elas estiveram ao lado dos homens contra os colonizadores. Enquanto os líderes nacionalistas eram capturados e aprisionados, as mulheres tomavam a frente nos movimentos, tornando-se nesse contexto as “protetoras da nação” (Badran, 2016). Nesse ativismo naquele estágio da nação, a capacidade da mulher ficou evidenciada, dando base para que as mesmas pudessem lutar por igualdade de direitos neste estágio tão importante de formação do estado pós-independência. Com essa consciência da igualdade, e com a constituição de 1923, um grupo de mulheres formou o União Feminista Egípcia, uma plataforma própria para reforçar a luta contínua pelos seus direitos como nacionais e pela igualdade de gênero, marcando então o momento no qual o movimento feminista existente no Egito foi explícito publicamente, passando de um mero movimento de mulheres conscientes de seus direitos e lugar na sociedade, para um ativismo propriamente dito. Mas tarde, as autoridades egípcias reconheceram o dia 16 de março como o dia da mulher egípcia. A partir do surgimento desse movimento feminista organizado, as mulheres discursos nacionalistas seculares, humanitaristas e o modernista islâmico em seus projetos (Badran, 2016). Em 1970, com as novas ondas de políticas islâmicas e a tentativa de polarização islâmica no Egito, as feministas não tiveram que escolher entre o islamismo e o secularismo, entretanto, elas escolheram as duas opções, tornando-se precursoras do discurso feminino islâmico. Para elas, definir o movimento dentro de uma perspectiva islâmica, categorizaria o movimento diante das políticas de proteção religiosa e defesa do pluralismo religioso reconhecidas pelo Estado, o que não seria interessante para o movimento, já que a sociedade não era constituída apenas por muçumanos, mas também por cristãos. Como exemplo dessa posição do movimento feminista no Egito que defendia o pluralismo religioso no âmbito de seus projetos, estão presentes na literatura fatos como o ocorrido em uma estação de trem no Cairo, onde um grupo de mulheres arrancaram o véu de suas faces, num ato de entendimento convencional de que aquela obrigatoriedade tinha base apenas numa prescrição islâmica. Para as ativistas, mostrar a face as permitia sair de uma condição de anonimato, o que ficou marcando como mais um passo de seu ativismo político e a defesa de sua liberdade.

Realizadas as abordagens necessárias, passamos a fazer uma ligação dos movimentos feministas já existentes no Egito, com a revolução iniciada em 2011. Como já foi dito na abordagem sobre os movimentos de forma geral, o ativismo das mulheres na revolução

atingiu formatos que foram além do estado físico, estando presente também no ciberespaço. No Egito, às vésperas do feriado de 25 de janeiro, que lembra a resistência heróica dos egípcios contra a colonização britânica, a jovem Asmaa Mohfouz, utilizou o facebook para convidar seus compatriotas a participarem de um movimento contra o regime de Mubarak, lutando pelo direito de serem tratados como humanos e não como animais. Este vídeo tornou-se viral e sua mensagem levou milhares de egípcios à praça Tahrir naquele dia. Este evento marcou um dos momentos de maior euforia nas manifestações ocorridas naquele país. Mohfouz pedia que as pessoas refletissem e se conscientizassem que o regime era opressor e que só a revolução poderia alcançar a libertação. Em seu discurso inflamado, ela também pediu justiça e sensibilização pelos jovens que teriam se auto-imolado da mesma forma que o jovem tunisiano se auto-imolou como forma de protesto, o que acabou sendo o estopim para os protestos iniciados naquele país. Outra marca das manifestações, foi a reação violenta da parte do governo contra os manifestantes, principalmente às mulheres que estavam em grande número. No meio da grande massa que marchava, as forças militares do regime de Mubarak tentaram coagir as mulheres com práticas de violência e assédio. Na altura, a mídia mostrou fotos de mulheres sendo violentada e despidas em praças pública, na tentativa de envergonhá-las para que estas abandonassem os protestos. Como já foi dito, o governo também usou suas dependências para aprisionar mulheres, onde elas foram submetidas à tortura e a realização de testes de virgindade. Para o governo, os protestos representavam desobediência, principalmente no que tange a ação das mulheres que, no entendimento do governo, estavam a rebelar-se não apenas contra suas ordens, mas também contra os costumes religiosos e patriarcais. Em relação ainda aos atos violentos contra as mulheres, vale ressaltar que estes não foram praticados apenas por homens das forças militares da parte do governo, mas também por homens civis que se aproveitaram da situação para praticar atos de misoginia contra as mulheres, o que mostra o quanto o machismo e a hostilidade contra as mulheres é presente na sociedade egípcia. Em seu artigo sobre a violência de gênero no contexto da primavera árabe, bem como a insegurança no oriente médio no período de transição do regime pós-autoritário, Nogués (2013), realiza um exame dos atos violentos contra as mulheres na Tunísia, na Líbia e no Egito, e conclui que o ambiente de transição após a queda dos regimes ditatoriais ainda carece de políticas que protejam as mulheres que ainda são vítimas de abusos nesses países.

Formas e formatos das ações das mulheres durante a revolução no Egito

Não bastasse a violência praticada contra as mulheres como forma de coação, estas foram marginalizadas por seu papel na revolução. As organizações oficiais e políticas que deveriam protegê-las, ao contrário disso, as marginalizavam por seus atos. O acesso à esfera pública proporcionou à mulher um cenário que onde sua voz poderia ser ouvida em vários formatos. Elas se mobilizaram não apenas indo às ruas, mas também em forma de arte na mídia, por meio de grafiteagem nos muros do Cairo (o que era realmente proibido), por meio de artigos de conscientização publicados na internet, entre outros vários canais que representassem oportunidade de maior visibilidade. Com a oportunidade de acesso à esfera pública, a expressão criativa tomou lugar para denunciar a opressão, mobilizar pessoas, despertar consciências e requerer mudanças (Nossery, 2016).

CONCLUSÃO

Chamada por alguns atores como a quarta onda de revolução por democracia, a primavera árabe como revolução transnacional e seus desdobramentos é e certamente ainda será objeto de estudo de muitos investigadores interessados em compreender este fenômeno social e suas implicações. No âmbito deste estudo, buscou-se compreender como as mulheres se tornaram protagonistas no contexto dos protestos e manifestações partindo de uma abordagem geral para uma abordagem mais específica em referência às mulheres egípcias. Remontando às lutas pela independência, um período onde a mulher ficou evidenciada como “protetora da nação” devido sua atuação na ausência dos homens, buscou-se entender o contexto histórico do feminismo naquele país e suas vertentes seculares e religiosas, para que se pudesse compreender suas motivações para o ativismo nas revoluções de 2011. Consideradas as conquistas das mulheres ao longo do período pós-independência do Egito, o ativismo feminista não se limita apenas na luta por razões coletivas, como democracia, dignidade humana, segurança, entre o outros, mas também pela proteção dos direitos já conquistados, como a participação em eleições, cotas de participação parlamentar, voto e acesso à educação, pois, em regimes autoritários, eles não estão seguros. No decorrer das manifestações, as mulheres souberam aproveitar as oportunidades de visibilidade, não apenas no espaço físico das ruas e da Praça Tahrir, mas também no ciberespaço, onde ocorreu o primeiro ato que incitou a participação popular. A expressão criativa também tomou conta das ruas e da internet, por meio de artigos, blogs, grafites entre outros canais de acesso público. Essa visibilidade proporcionou às mulheres egípcias

dar outros passos em sua jornada por igualdade e melhores condições de vida com dignidade e segurança. Do evento ocorrido numa estação de trem no Cairo na década de 20, onde as mulheres arrancaram os véus que cobriam seus rostos numa tentativa de serem reconhecidas como cidadãs com rostos, e não como anônimas, até o seu papel na revolução que explodiu no mundo árabe, as mulheres mostraram terem força para lutar por seus direitos. Este ativismo, quando observado pelas lentes da teoria do feminismo pós-colonial, desmitifica a imagem da mulher submissa, enfraquecida e sem capacidade de agir por suas mudanças, imagem essa tão disseminada no mundo ocidental. No que tange à evidenciação das mulheres nas políticas de transição, concluímos os regime pós autoritários ainda não colocam o direitos das mulheres no seu rol de prioridades por motivos que vão desde a cultura paternalista, o doutrinamento religioso, entre outros fatores que não se limitam apenas ao mundo árabe, mas por todo o resto do mundo. Percorrendo a trajetória de lutas em revoluções nas quais as mulheres estiveram presente em massa, percebe-se a existência de um padrão onde elas muito colaboram e pouco são recompensadas. No contexto da revolução, o ativismo dessas mulheres representou apenas um passo na grande jornada rumo a igualdade de gênero no mundo árabe.

REFERÊNCIAS

Badran, M. (2016) Creative Disobedience: Feminism, Islam, and Revolution in Egypt. In: F. S. (ed.), *Women's Movements in Post-"Arab Spring" North Africa* (pp. 46-60). New York: Palgrave Macmillan.

Cooke, M. (2016). Women and the Arab Spring: A transnational, Feminist Revolution. In: F. S. (ed.), *Women's Movements in Post-"Arab Spring" North Africa* (pp. 32-44). New York: Palgrave Macmillan.

Jackson, M. (2015). A Season of Change: Egyptian Women's Organizing in the Arab Spring. *Undercurrent Journal* Volume XI, Issue I , 38-46.

Nogués, E. J (2013) Gendering the Arab Spring? Rights and (in)security of Tunisian, Egyptian and Libyan women. *Security Dialogue* 44(5-6) 393–409.

Nossery, N. (2016) Women, Art, and Revolution in the Streets of Egypt. In: F. S. (ed.), Women's Movements in Post- "Arab-Spring" North Africa (pp. 143-157). New York: Palgrave Macmillan.

Khattab, M. (2016). The Struggle of Egyptian Women for Equal Rights Continues: Two steps forward One Step Backward. In: F. S. (ed.), Women's Movements in Post- "Arab-Spring" North Africa (pp. 127-142). New York: Palgrave Macmillan.

Moghadam, V. M. (2014). Modernising women and democratisation after the Arab Spring. *The Journal of North African Studies* , 137-142.

Sadiqi, F. (2016). Introduction: The centrality of Women's Movements in the Post-revolution Dynamics in North Africa. In: F. S. (ed.), Women's Movements in Post-"Arab Spring" North Africa (pp. 1-11). New York: Palgrave Macmillan.